

# IDENTIDADE NACIONAL E TRADIÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO BOLSONARO (2019-2021)

Letícia Santiago<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a utilização e aplicação da Política Externa Brasileira (PEB) no Governo Bolsonaro nos anos de 2019 a 2021. A análise do Governo durante o período citado terá como base a atuação de agentes da sociedade para além do Poder Executivo, como os grupos de interesse, estados e municípios, através da paradiplomacia, e outros Ministérios ademais do Itamaraty, os quais preenchem as lacunas deixadas pelo Presidente no tocante à PEB. O trabalho também objetivou compreender os elementos que formam as tradições da agenda internacional da nação a partir de seu acumulado histórico, os quais condicionam a postura do país no Sistema Internacional e formam a Identidade Nacional do Brasil. Será abordado, ainda, o posicionamento do Presidente da República e de outros agentes em assuntos envolvendo o Estado de Israel e Estados árabes, a China e, com ela, a pandemia do novo coronavírus, ocorrida no ano de 2020. A análise será desenvolvida através de um passado consolidado e de um presente em construção. Por fim, autores como Lafer (2007), Cervo (2008) e Figueira (2011) formam o referencial teórico utilizado para analisar os assuntos propostos.

**Palavras-chaves:** Política Externa. Governo Bolsonaro. Identidade Nacional. Tradições. Paradiplomacia. Israel. China. Pandemia.

## INTRODUÇÃO

Estados buscam construir e expandir sua agenda no Sistema Internacional com intuito em satisfazer suas demandas globais perante outros atores. Contudo, questões domésticas influem nas ações e posicionamentos dos países, os quais também estabelecem a sua atuação com base em questões internas. Dessa forma, para minuciar como se dá a transformação estatal no exterior, se faz pertinente compreender como se desenvolve as características de dentro das fronteiras, visto que elas compõem os traços da imagem do Estado ao redor do mundo.

Dito isso, o Brasil opera no cenário internacional com base em aspectos identitários que foram sendo instaurados com o decorrer de sua história. Elementos contínuos foram sendo introduzidos e firmados na agenda da Política Externa Brasileira (PEB), onde peculiaridades se firmaram no país através de seus colonizadores e foram sendo fomentadas e remodeladas para se adequarem à realidade e ao perfil nacional, as quais criaram tradições que acabam condicionando a postura do país nas relações internacionais.

A forma que o país age e toma as suas decisões no cenário internacional

está vinculada, então, com a sua tradição. Pode-se dizer, assim, que ao longo de sua história a nação brasileira foi construindo traços que formariam a sua Identidade Nacional, a qual reflete no seu relacionamento com os demais países e, também, na projeção internacional de seu interesse. Logo, a nação desenvolveu um modo singular de como promover sua política externa, trazendo consigo questões que foram aplicadas através de sua experiência histórica. Com isso, será exposto como o Governo lidou com a Política Externa durante os anos de 2019 a 2021 a fim de mostrar que, mesmo com a tentativa de reorientá-la, a Identidade Nacional se encontra intrínseca na atuação externa.

## A IDENTIDADE NACIONAL DO BRASIL CONCEBIDA A PARTIR DE SUA HISTÓRIA

O Brasil, considerado um grande Estado em âmbito regional e, também, um importante ator presente na comunidade internacional, mostra que, ao longo dos anos, a construção da sua Identidade gerou prestigiosos feitos tanto internamente quanto externamente. Ademais, a atuação da política externa brasileira foi o que possibilitou a originalidade de evidentes atuações da nação que foram consolidadas a partir da

história do país até o presente momento, concebendo, assim, a tradição nacional que flui nas relações internacionais.

Em sentido literal, tradição expressa aquilo que se passa adiante, bem como mencionado por Nicola Abbagno, o qual esclarece que o termo significa “Herança cultural, transmissão de crenças ou técnicas de uma geração para outra” (ABBAGNO, 2007, p. 966). Assim, tradição simboliza o passado, caracteriza o presente e formula o futuro. Dito isso, tradição é a base da história e a história é a base da tradição; ambas se transformam e se configuram no tempo e no espaço, criando valores e construindo conceitos que transformam pessoas, grupos e Estados.

Para Celso Lafer, em sua obra de 2007 intitulada “A Identidade Internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro”, o que caracteriza a formulação de uma Identidade Nacional não é apenas dotar-se de princípios e cultura vinculantes, mas saber identificar quais as necessidades internas e transformá-las em oportunidades externas. Assim, o autor indica que, com relação ao Brasil, destacam-se algumas características que ajudam na formulação da Identidade do país, como, por exemplo: a escala continental; a menor proximidade de

tensões correntes no âmbito externo; a unidade linguística; e o relacionamento com os seus vizinhos. Assim, tais aspectos são influenciadores de sua conduta.

De início, pode-se mencionar a atuação da diplomacia brasileira na construção do território nacional. A utilização do *Soft Power*<sup>2</sup> com o princípio do Direito Internacional *uti possidetis*<sup>3</sup>, utilizado pelos diplomatas, trouxe garantia jurídica às fronteiras. Logo, é válido mencionar como exemplo o destaque da atuação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, mais conhecido como Barão do Rio Branco, no século XIX, que, em suas negociações, ajudou a garantir a consolidação das fronteiras nacionais, estabelecendo juridicamente o território brasileiro, o qual se tornou, em consequência, um país de escala continental pelo vasto tamanho do seu território, como denominado por Lafer (2007, p. 23).

Com relação ao fator linguístico descrito por Lafer (2007), no período Imperial a região Sul-americana, antes dominada pela Espanha, se via fragmentada e subdividida em Repúblicas, já a ex-colônia portuguesa ainda se encontrava unida em uma Monarquia. O Brasil, por ter sido colonizada por Portugal, tinha como idioma o português, assim, no período

mencionado, o território se encontrava em “[...] uma grande massa territorial de fala portuguesa que permaneceu unida num mundo hispânico que se fragmentava [...]” (LAFER, 2007, p. 35). Com isso, concebeu à nação fator que também caracteriza a sua Identidade, a sua unidade linguística.

O outro fator característico da Identidade do país é o seu relacionamento com os países vizinhos e com o resto do mundo. No contexto regional, o país teve consigo o papel de promover a paz e, de certa forma, ser um conciliador de tensões que envolveram os países ao seu redor, como a questão de Letícia, conflito este originado em 1932 entre Peru e Colômbia para a dominação da região. Além deste, Lafer (2007, p. 53) também aborda a Guerra do Chaco, conflito pelo território entre Paraguai e Bolívia, em 1932. No tocante ao cenário internacional, o país buscou se inserir e ser reconhecido de forma equivalente, sem enxergar as diferenças, mas cooperar de igual a igual (Lafer, 2007, p. 54).

Tais atitudes espelhadas pelo Brasil, como o respeito ao Direito Internacional, a não intervenção nos assuntos internos de outros povos, a menor proximidade de tensões correntes no âmbito externo, o relacionamento com os vizinhos e a convivência pacíficas com outros Estados,

para Cervo (2008, p. 26), vêm sendo consolidadas a partir do acumulado histórico da nação. Sendo assim, condutas que foram perpassadas ao longo dos anos pela diplomacia brasileira, juntamente com a sua atuação perante o Sistema Internacional, foram criando tradições significativas que personalizam o país até os dias atuais.

Já o autor Amado Luiz Cervo (2008), em sua obra *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*, aborda questões como: autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; juridicismo; multilateralismo normativo; ação externa cooperativa e não confrontacionista; parcerias estratégicas; realismo e pragmatismo; cordialidade oficial no trato com os vizinhos; desenvolvimento como vetor; e independência de inserção internacional como questões que consolidaram traços inerentes à conduta do país. Assim, tais elementos têm como característica a sua continuidade. Logo, para o autor, “A reflexão sobre a evolução das relações internacionais do País permite identificar e descrever a origem, a essência e a duração dos padrões de conduta que compõem o acumulado histórico da diplomacia brasileira” (CERVO, 2008, p. 27).

Começando pela definição da autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias, pode-se identificar a continuidade de tais características pela diplomacia nos dias atuais. Para explicar tais traços de condutas, o autor (2008, p. 27) exemplifica algumas atitudes que consolidaram tais princípios ao país, como certo pacifismo da política exterior do Brasil, por exemplo: o pacifismo do Rio Branco; a convivência das diferenças na sociedade brasileira; a valorização da soberania e da individualidade do Estado como sujeito das relações internacionais; a não denominação como uma potência estratégica; aceitação do multilateralismo como agente da harmonia universal; o reconhecimento tanto da democracia quanto dos direitos humanos; entre outros.

O juridicismo vincula-se com as questões supracitadas, utilizando de tratados, convenções e protocolos como formas de manter a paz no Sistema Internacional, propiciando, assim, a responsabilidade aos princípios jurídicos internacionais. Sobre o Multilateralismo normativo, Cervo (2008, p. 27) explica que forneceu ao Brasil notórias participações em Organizações Multilaterais em um mundo pós Segunda Guerra Mundial, como na Organização das Nações Unida

ONU), por exemplo. Referente à ação externa cooperativa e não confrontacionista, o Brasil percebeu que ganhara mais ao cooperar com outras nações do que confrontá-las, em principal os Estados Unidos. Dito isso, ocorre a questão das parcerias estratégicas, na qual o país visou suprir os interesses nacionais na arena internacional e, a partir da década de 70, diversificando os seus parceiros para, em consequência, visar o desenvolvimento da nação.

Outro fator também vinculado aos aspectos da herança do país é a sua cordialidade oficial no trato com os vizinhos. Para manter a paz na América do Sul, se buscava conviver harmoniosamente e, para isso, “a cordialidade oficial aconselha conduta regional que não ostente a grandeza nacional e a superioridade econômica e que elimine gestos de prestígios, mas que se guie pela realização dos interesses do Brasil sobre seus vizinhos [...]” (CERVO, 2008, p. 30). Há também o desenvolvimento como vetor, no qual Governos operavam em favor do desenvolvimento do país, seja pela exportação, tanto de bens quanto de serviços, seja pela abertura econômica da nação. Por fim, o autor aborda a independência da inserção internacional, que está conectada com todas as anterio-

res, onde “[...] pressupõe visão própria de mundo, autonomia do processo decisório e formulação própria de política exterior” (CERVO, 2008, p. 31).

## COMPREENDENDO A POLÍTICA EXTERNA E OS SEUS ATORES

Segundo Marcel Marle, “A Política externa é constituída por um conjunto de iniciativas que emanam do ator estatal, tendo em vista mobilizar para o serviço o máximo de fatores disponíveis, tanto no ambiente interno como no ambiente externo” (1990 apud FIGUEIRA, 2011, p. 5). Percebe-se, assim, que política externa é atribuição própria do Estado, pois é através dele que os tomadores de decisão do país irão posicionar os interesses e objetivos da nação perante o Sistema Internacional utilizando de elementos que estão à sua disposição. Logo, a soberania torna-se central para as decisões de uma pátria, que, segundo Ariane Figueira (2011, p. 5), nenhuma decisão de um segundo país poderá inferir nas escolhas soberanas de um outro.

Ao longo da história das relações internacionais, teorias foram se formando para procurarem decifrar o Sistema Internacional e os seus eventos e, dentro delas, estudos sobre o Estado e, essencialmente, a sua atuação no ambi-

ambiente externo, foram garantindo destaques. O realismo, caracterizado como teoria tradicional do campo das Relações Internacionais, apresenta uma visão Estado-cêntrica, onde o ente estatal é o principal no Sistema Internacional, sendo caracterizado como uma caixa-preta, ou seja, não se faz necessário entender questões domésticas para compreender o comportamento internacional dos países

Em outra via, encontra-se o liberalismo, parte da perspectiva pluralista, o qual não nega a importância do Estado, porém, não é o único ator que é capaz de influenciar o Sistema Internacional. Dessa forma, explana a atuação dos indivíduos e Instituições, além de frisar a importância da Democracia, Comércio e da liberdade e, em consequência, a consolidação da Cooperação Internacional em agendas para além da de segurança, como a econômica e a social. Assim, o pluralismo, o qual se mostra o mais adequado em compreender o tema, formado pelas teorias liberal, e suas ramificações, (neo)institucionalista e globalistas, assegura que:

A estrutura do Estado está integrada por vários atores governamentais com capacidade decisória, portanto, que negam a estrutura unitária e monolítica. A política externa possui um caráter “interméstico”, ou seja, tanto os fatores domésticos como

externos devem ser considerados para a formulação das ações estatais no plano internacional. (FIGUEIRA, 2011, p. 15).

Para Cervo (2008, p. 9), uma das funções da política exterior no âmbito externo é dar a ele sua organização, compreendendo os interesses estatais e os seus valores a partir de uma perspectiva interna. Sendo assim, por mais que em seu próprio nome remete algo externo, a política externa se estende no Sistema Internacional levando consigo os aspectos internos, os quais transformam os seus interesses e consolidam a sua atuação para, assim, formar caminhos para os quais os Estados deverão seguir em defesa de seus benefícios e de sua posição no cenário internacional. Logo, política externa envolve tanto o ambiente externo quanto o interno.

Ariane Figueira (2011) explica que a política externa sofre distintas influências de distintos agentes internos e externos. Dessa forma, a autora destaca em sua obra o Poder Legislativo; Ministérios; Governos Subnacionais, ou Paradiplomacia; e Atores Não Estatais. Sendo assim, a maneira a qual se forma os caminhos para a defesa dos interesses nacionais no Sistema Internacional não está estritamente vinculada ao Chefe de

Estado ou ao Itamaraty, visto que com a crescente conexão entre outros atores, possibilitada pela Globalização e quebra do monopólio do Estado Nacional sobre as agendas de Relações Internacionais, garantem a realização de pressões e contestações.

A autora (ARIANE, 2011) menciona em seu texto a obra “Democratic Commitment: legislature and international cooperation”, de Lisa Martin (2000), a qual explica que o Estado não é capaz de exercer unicamente influência em cooperação externa, pois em seu ambiente interno há uma estrutura organizacional e social, como é o caso do Poder Legislativo (MARTIN, 2000, p. 4). Tal estrutura, onde tramita debates políticos, possui a competência em garantir a credibilidade do país no tocante à cooperação internacional. Assim, Ariane Figueira expõe que “[...] decisões tomadas pelo governo, com aprovação do Legislativo, demonstram ter sido fruto de debate doméstico nas devidas instâncias democráticas” (2000 *apud* FIGUEIRA, 2011, p. 25), auxiliando, dessa forma, ao prestígio na atuação da política externa e promovendo mais cooperação e visibilidade no Sistema Internacional.

Com relação aos Ministérios, Ariane Figueira (2011, p. 131-135) cita que cada vez

mais vêm se relacionando diretamente com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), impactando, dessa maneira, na formulação da PEB. Os Ministérios federais, além desta ligação com o Itamaraty, passaram a adotar agendas internacionais importantes em um mundo pós-Guerra Fria e caracterizado pela Globalização. Dentre tais agendas, se encontram temas como: sustentabilidade, pobreza, crimes transnacionais e desarmamento, que, na maioria das vezes, para Ariane, “[...] pressupõe a sobreposição de competências, obrigando os Ministérios a coordenarem ações na execução e planejamento de tarefas em âmbito nacional e internacional” (FIGUEIRA, 2011, p. 132). Logo, a diminuição do espaço entre o interno e o externo demandou, segundo a autora, essa aproximação das instituições para ordenar a nação nos assuntos prevaletentes.

Os efeitos da Globalização possibilitaram esse estreitamento entre o ambiente externo e o ambiente doméstico. Os Estados passaram a ter maior acesso ao outro e, além deles, localidades internas passaram a ter conexões com o meio internacional, chamado por Ariane (2011, p. 139) de local-global. Com a expectativa em também satisfazer seus interesses e re-

solver problemas em suas localidades, governos subnacionais, como municípios e estados, buscaram meios que também propiciassem o seu acesso ao meio externo e os benefícios que ele propõe. Dessa maneira, a autora aborda que as motivações para a inserção internacional “provocaram o estreitamento nas relações desses atores, caracterizando a difusão dos tradicionais eixos de poder e a descentralização das competências” (FIGUEIRA, 2011, p. 139).

Com o fim da Guerra Fria e o surgimento de novos atores e novas agendas, a atuação estatal não foi mais a única capaz de realizar cooperação e estruturar conexões internacionais com o objetivo de solucionar suas demandas. Dessa maneira, com a oportunidade de se adequarem conforme os novos moldes que foram sendo instaurados no Sistema Internacional, governos locais foram abrindo espaço para se envolverem com as novas temáticas e, conseqüentemente, com a política externa, onde a atuação diplomática realizada por governos subnacionais ficou caracterizada como paradiplomacia.

Os últimos agentes expostos pela autora, os atores não estatais, podem ser ramificados em grupos de interesse, Organizações não Governamentais (ONGs) e opinião pública.

Ariane (2011, p. 153-155) explica que o primeiro grupo possui a necessidade de satisfazer as suas próprias demandas, estabelecendo, então, pressão e conexão com o Estado. Já o segundo, as ONGs, foram ganhando maior espaço à medida em que a agenda internacional foi adquirindo novos temas e passaram a confrontar os Estados e o Sistema Internacional para mudanças de acordo com a área em que as mesmas atuam, mobilizando, dessa forma, a opinião pública.

## A POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO BOLSONARO

Uma das principais preocupações do Governo Bolsonaro foi a tentativa de reorientar a Política Externa Brasileira. Suas declarações acabaram por colocar o Brasil em um isolamento internacional. Além disso, seu ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, amplificou ainda mais as afirmativas adotadas pelo Governo, vulnerabilizando o posicionamento da nação, onde veio a contrariar elementos que ao longo da história compatibilizaram a Identidade Nacional do país à visão do mundo. Ademais, as duas figuras políticas afirmaram de maneira decidida e subjetiva o seu alinhamento automático aos Estados Unidos do ex-presidente Donald Trump, esquecendo, por vezes, a capacidade de independência da PEB no

Sistema Internacional.

Trazendo um contexto breve dos últimos anos, é válido mencionar o impeachment sofrido em 2016 pela então presidente Dilma Rousseff, representante do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, com a impossibilidade de continuar o seu mandato em agosto de 2016, o seu vice-presidente, Michel Temer, tomou posse da Presidência da República, e permaneceu no cargo até 2018. Representante do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Temer não era bem visto pela população brasileira, como publicado pelo Jornal Folha de São Paulo (2018), o qual afirmou sua crescente impopularidade. Logo, o seu destaque para com a história nacional foi inabilitado. Dessa forma, juntando todos os problemas que estavam se transformando em efeito dominó na esfera política do país, o eleitorado ansiava por mudanças, e a desconfiança fez com que ocorresse a reivindicação por uma nova figura política no poder.

O Partido dos Trabalhadores, definido como de esquerda, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), caracterizado como de centro-direita, vinham após mais de duas décadas disputando a presidência da República nas corridas eleitorais do país. Entretanto,

em 2018 o cenário eleitoral veio a se modificar, pois o partido que conquistou a Presidência da República foi o Partido Social Liberal (PSL), fundado em 1994, o qual lançou como seu candidato ao cargo máximo do Executivo Jair Messias Bolsonaro, que veio a se tornar o 38º Presidente a tomar posse da República Federativa do Brasil. Representando o aspecto político-ideológico da direita, o Presidente visou instaurar novos rumos políticos ao país.

No dia 1º de janeiro de 2019, Bolsonaro toma posse em Brasília, Distrito Federal, e, dentro da arena internacional, também salienta o campo ideológico. Dessa forma, sua preocupação em mudar os rumos políticos não se concentra apenas na formulação política doméstica, mas também na externa. Logo, destaca: “Vamos retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais. Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e os brasileiros!” (BRASIL, 01/01/2019). No tocante à política externa, declara: “A política externa retomará seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil” (BRASIL, 01/01/2019). Logo, visa levar ao seu eleitorado a sua agenda de política externa que, olhando a história do Brasil, se delimitaria em interesses a curto

prazo.

Abordando um contexto amplo da PEB no início do governo, pode-se mencionar os discursos proferidos na Assembleia Geral da ONU (AGNU). Como tradição, o Brasil é a primeira nação a discursar na abertura da AGNU e, em 2019, o mundo voltou a sua atenção para Bolsonaro. O então chefe de governo criticou políticas feitas por ex-líderes do país, citando a libertação ideológica, “Apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo” (BRASIL, 24/09/2019). Em análise geral, proferiu discursos agressivos nos anos de 2019, 2020 e 2021, fora dos padrões protagonizados por ex-líderes brasileiros, mas já esperado por parte daqueles que acompanham suas falas.

Bolsonaro na AGNU criticou países significativos para a nação, indo contra os posicionamentos adotados anteriormente. Com relação à Cuba, o Presidente então a acusou declarando: “A história nos mostra que, já nos anos 60, agentes cubanos foram enviados a diversos países para colaborar com a implementação de ditaduras”; no tocante ao vizinho sul-americano, afirmou: “A Venezuela, outrora um país pujante e democrático, hoje experimenta a crueldade do socialismo” (BRASIL,

24/09/2019; BRASIL, 24/09/2019). No ano seguinte confronta organismos externos e, ainda, os indiciam: “A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras [...] com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil” (BRASIL, 22/09/2020).

Em 2021, julga países que vão em contraposição de sua agenda ideológica, pronunciando: “Nosso Banco de Desenvolvimento era usado para financiar obras em países comunistas, sem garantias. Quem honra esses compromissos é o próprio povo brasileiro” (BRASIL, 21/09/2019). Dessa forma, a postura não confrontacionista do Brasil é deixada de lado e a sua cordialidade no trato com os vizinhos mostra o desvirtuamento das tradições da PEB. Ademais, sua postura, em conjunto com a do seu ex-Ministro das Relações Exteriores, propiciou um dito isolamento no Sistema Internacional e forneceu o início da polarização na formulação da política externa.

Ernesto Araújo, diplomata e Ministro do MRE entre 2019 e 2021, mostrou ao longo de seu mandato frente ao Ministério a forte idealização para com o Governo Trump e o Ocidente. Em seu

discurso de posse como ministro apoiou a ideia de libertação das amarras ideológicas antes seguidas pelos outros governos “Nós vamos também libertar a política externa brasileira, vamos libertar o Itamaraty, como o presidente Bolsonaro prometeu que faríamos, em seu discurso de vitória” (BRASIL, 02/01/2021). Ainda, ambos discursos das autoridades mencionada demonstram um apreço pelo Departamento de Estado dos EUA na gestão de Trump muito mais pessoal do que político, Vidigal assim expõe “Sob Bolsonaro, o alinhamento aos Estados Unidos não foi definido a partir dos interesses de Estado e sim de governo, e de modo voluntarista e unilateral” (VIDIGAL, 2019, p. 8).

Em decorrência das declarações supracitadas, a PEB dos anos de 2019 a 2021 compreendeu não só o chefe do Executivo, mas toda a sociedade. Versando sobre os eventos que vêm ocorrendo em seu Governo, é válido iniciar pelo plano do presidente em transferir a Embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém. Entretanto, após a sua eleição tal plano de governo não foi concretizado, estabelecendo um escritório comercial ao final de 2019. A iniciativa do governo se efetivada retrataria em um reconhecimento da Cidade Santa comodita capital do Estado

israelense, impulsionando, assim, interferência nos assuntos envolvendo países árabes e também indo contra o Direito Internacional Público pelas decisões estabelecidas através do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), pois a Resolução 478, de 1980, anula os efeitos jurídicos da questão requerida por Bolsonaro em sua campanha eleitoral.

Contudo, Bolsonaro não teve êxito, pois pressões mudaram os rumos da sua política. Críticas vieram de todos os lados e setores que sabiam da importância dos países árabes e muçulmanos para economia do país se preocuparam com a decisão política em comprometer as exportações brasileiras para tais destinos. A transferência da embaixada geraria automaticamente o reconhecimento de Israel sobre a região, gerando tensões e desorientando a PEB, pois uma das questões seria o envolvimento do país em disputas para além dos interesses pragmáticos do Brasil. Com possíveis retaliações dos países, a ala ruralista do Legislativo atentou sobre a promessa do presidente, pois além da perda econômica, acabaria em um isolamento internacional com os seus parceiros árabes. Logo, Bolsonaro recua e declara abertura de um escritório comercial na nação.

A segunda análise sobre o Presi-

dente é com relação ao seu posicionamento sobre a China. Compreendendo as tentativas de imposição de laços internacionais com os EUA, nota-se que muitas das declarações sobre o país asiático se levam também pelo fato das tensões recorrentes entre os então presidentes Trump e Xi Jinping, onde Bolsonaro resolveu escolher um lado para defender e seguir. Dessa maneira, o líder brasileiro prescreve um rumo à política externa de tom agressivo e crítico, o qual visaria debilitar as relações bilaterais com a China. As acusações que o presidente brasileiro levantou sobre o país foram sendo ditas antes de sua vitória e ao longo de sua gestão, usualmente voltando atrás em suas falas.

A parceria entre os dois países é considerada como estratégica. A relação sino-brasileira vem sendo cada vez mais significativa nas questões econômicas para o Brasil, alavancando a China como principal parceiro comercial do país desde 2009, posto este antes firmado pelos EUA, de acordo com o Governo Federal (2019). Contudo, ainda durante a sua campanha eleitoral, Bolsonaro fez algumas declarações que repercutiram mundialmente, onde afirmava que a China estava comprando o Brasil. A retórica anti-China veio sendo utilizada

não somente pelo presidente, mas também por Ernesto Araújo, onde o mesmo causou evidentes crises diplomáticas entre as duas nações.

Entretanto, apesar de tais posicionamentos, Bolsonaro sofreu duras críticas e veio a sofrer pressões. Com a forte e consolidada parceria, a qual está para além da política, mas centralizada na economia, o então presidente teve que lidar com grupos de interesses dos setores do agronegócio, juntamente com o Ministério da Agricultura e a Frente Parlamentar Agropecuária, do Legislativo, os quais reconheceram a importância da China para as exportações. Dessa forma, por mais que haja o apoio ao governo, a incompatibilidade com relação ao posicionamento da atual PEB com a China constrangeu o Presidente, fazendo com que voltasse atrás e declarasse a importância do país asiático, não só para o agro, mas para o setor econômico brasileiro. Logo, em sua visita oficial à nação, em outubro de 2019, declarou o valor do parceiro e foi prelevado o pragmatismo realizado através da sociedade.

Estava ansioso para esta visita porque temos na China o primeiro parceiro comercial e me interessa muito fortalecer este comércio, bem como ampliar novos horizontes. Hoje podemos dizer que uma parte considerável do Brasil precisa da China e a China também precisa do Brasil (BRASIL, 25/10/2019).

Por outro lado, em decorrência do novo coronavírus, em 2020, Bolsonaro voltou de forma intensiva a criticar o país. Logo, a pandemia instaurou não só uma crise sanitária, mas uma crise diplomática com fortes acusações. Sendo assim, o Presidente acusou o país asiático de forma sugestiva de ser a inventora e propagadora do vírus por questões econômicas e políticas “É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em um laboratório ou nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. [...] Será que estamos enfrentando uma nova guerra? Qual país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês.” (Brasil, 20/03/2020; Brasil, 05/05/2021). Ainda, Ernesto Araújo expressou inúmeros ataques ao parceiro estratégico, afirmando que o mesmo, em publicação no seu livro que dispõe de coletânea de seus discursos, artigos e entrevistas, estaria buscando uma forma de se aproveitar da pandemia para executar um plano de instaurar seus ideais comunistas ao redor do globo.

No entanto, suas críticas promoveram uma instabilidade delicada com o Legislativo. Ademais delas, sua inabilidade em adquirir as vacinas despertou críticas não apenas daqueles que são contra o governo, mas da própria base aliada de Bolsonaro. Em março de

2021, o então ministro deixa o MRE.

Dito isso, pode-se mencionar a questão da corrida em garantir as vacinas para combater o coronavírus no país. Um cenário marcante se reflete sobre a “guerra das vacinas”, onde de um lado se encontra o ex-governador do estado de São Paulo, João Dória (PSDB-SP), e do outro, Bolsonaro. Desde o início das tentativas de comprar os imunizantes criados pela Sinovac, farmacêutica chinesa, debates foram travados entre o Governo Federal e o Estado de São Paulo. O Presidente afirmava que não iria vacinar a população com tal imunizante, pondo questões ideológicas e achismos à frente das parcerias consolidadas ao longo da história e a necessidade de diminuir a crise sanitária, “A da China nós não compraremos, é decisão minha. Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população. Esse é o pensamento nosso. [...]” (BRASIL, 21/10/2021), alegou ainda o descrédito que a nação asiática tem por ter sido o país no qual o vírus se propagou inicialmente.

O governo de São Paulo, ao contrário do Governo Federal, assinou contrato com a Sinovac em setembro de 2020 para a garantia da Coronavac, além da transferência de tecnologias para a possibilidade de iniciar a própria fabricação do imunizante em território

nacional pelo Instituto Butantan. Assim, o primeiro estado a aplicar a dose foi São Paulo, onde o governador promoveu o Dia “D”, com a primeira vacina aplicada da Coronavac, momento o qual o presidente veio a perder a guerra travada no cenário político. Outro ponto crucial que mostrou o insucesso de Bolsonaro foi no dia 07 de janeiro de 2021, onde o Governo Federal veio a firmar um acordo com o Instituto Butantan para a garantia de milhões de doses do imunizante. Dessa forma, as pressões dentro e fora da sua base aliada fizeram com que o Presidente voltasse atrás em suas falas, mas, ao mesmo tempo, gerou o isolamento internacional. Entretanto, tais condutas oposicionistas refletiram sobre as tradições presentes na forma de fazer política externa que estão para além do executivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou-se em compreender a importância das tradições na formulação da Política Externa Brasileira, bem como a sua utilização no Governo Bolsonaro. Foi abordado como a nação brasileira foi adquirindo suas características ímpares através do acumulado histórico, perpassando aos governos condutas que foram construindo

do e dando forma à Identidade Nacional tendo como base a Política Externa, além de modelar e reformular atributos respeitáveis do Brasil, os quais, de maneira contínua, foram estabelecendo costumes na formulação da agenda internacional do país.

Notou-se o valor da diplomacia brasileira e a sua magnitude em resguardar interesses da nação e, ainda, projetar a sua imagem. Falar de Brasil é compreender que ao longo de sua história foi se construindo uma figura inteiramente respeitável no seu contexto regional e global. Para mais, compreendeu-se que questões domésticas são indubitavelmente capazes de agir nas tomadas de decisões e no posicionamento do ente estatal. Dessa forma, concluir o que é política externa é entender que aspectos internos são necessários para delinear os valores e condutas do Estado, auxiliando nas tomadas de decisões para melhor atenderem às suas demandas.

Levando-se em conta o que foi observado, percebeu-se que o Governo Bolsonaro deixou vácuos ao promover sua agenda externa. Contudo, em vista dos argumentos apresentados sobre a atuação dos outros agentes brasileiros, como o Legislativo, grupos de interesse, atuação de outro Ministério para além do

Itamaraty e a paradiplomacia, percebeu-se que suas pressões e capacidades de influenciar o Executivo acabam por preencher esse vácuo deixado por Bolsonaro. Sendo assim, o Presidente visa desprender das tradições da PEB, mas elas já são intrínsecas à sociedade. Dito isso, a Identidade Nacional é mais forte do que qualquer líder que venha a presidir a nação, pois ela é composta não só por uma pessoa, mas por todos os brasileiros e suas instituições.

## NOTAS

<sup>1</sup> Graduada em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.

Email: leticiasantiagorel@gmail.com

<sup>2</sup> Diferente do *Hard Power*, forma de poder a qual se utiliza da força e da coerção através dos poderes econômico e militar, o *Soft Power* adere a outra via. Para o cientista político Joseph Nye, *Soft Power* é “[...] the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country's culture, political ideals, and policies” (NYE, 2004, p. x). Nye ainda denomina outro conceito de poder, o *Smart Power*, que, segundo o autor, é a junção de ambos os primeiros

conceitos mencionados.

<sup>3</sup> Entende-se por *uti possidetis* que aquelas terras já ocupadas serão, assim, pertencidas ao Estado que as ocuparam.

## Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5.ed. São Paulo. Revista e ampliada (Martins Fontes), 2007.

APÓS reprovação recorde, Temer encerra governo com rejeição em queda, mostra Datafolha. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de dez. de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-reprovacao-recorde-temer-encerra-governo-com-rejeicao-em-queda.shtml>. Acesso em 25 out. 2022.

ARAÚJO, Ernesto. **Política externa: soberania, democracia e liberdade** – Coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2020. Brasília: FUNAG, 2021. p. 708.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Embaixada da China. **Parceria Estratégica entre a China e o Brasil**. 16 maio 2007. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/szxw/t319567.htm>. Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL, Ernest Araújo. **Discurso de Posse do Ministro das Relações Exteriores**, Ernesto Araújo. Governo do Brasil, 2 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores?id=317>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL, Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. Governo do Brasil**, 1º de janeiro de 2019. Disponível em: **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional** — Português (Brasil) ([www.gov.br](http://www.gov.br)). Acesso em: 8 out. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Após pressão do Senado, Ernesto Araújo deixa o Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/03/29/apos-pressao-do-senado-ernesto-araujo-deixa-o-ministerio-das-relacoes-exteriores>. Acesso em: 20 out. 2021.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4.ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CORRÊA, Alessandra. **Governo Bolsonaro: o que faz do plano de mudar a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém algo tão polêmico**. BBC. Winston-Salem, 8 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46083386>. Acesso em: 10 out. 2021.

CRUZ, Elaine Patrícia. **Governo de SP assina contrato com Sinovac e prevê vacina para dezembro**. AgênciaBrasil. São Paulo, 30 set. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-09/governo-de-sp-assina-contrato-com-sinovac-e-preve-vacina-para-dezembro>. Acesso em: 21 out. 2021.

**DOIS momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega.** BBC. 27 nov. 2020. Disponível em:  
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 20 out. 2021.

FIGUEIRA, Ariane C.R. **Introdução à Análise da Política Externa**. 1.vol. São Paulo: Saraiva, 2011.

**JAIR Bolsonaro: as promessas do candidato do PSL à Presidência.** G1. 11 out. 2021. Disponível em:  
<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/11/jair-bolsonaro-as-promessas-do-candidato-do-psl-a-presidencia.ghtml>. Acesso em: 03 nov. 2021.

LAFER, Celso. **A identidade Internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. 2.ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2007.

LAFER, Celso. **Relações Internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação**. v.1. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

MARTIN, Lisa. **Democratic Commitments: Legislatures and International Cooperation**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2000.

MELLO, Michele de. **Relembre 6 vezes em que Ernesto Araújo rompeu com a tradição diplomática brasileira**. Brasil de Fato. Caracas, 29 mar. 2021. Disponível em:  
<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/29/relembre-6-vezes-em-que-ernesto-araujo-rompeu-com-a-tradicao-diplomatica-brasileira>. Acesso em: 11 out. 2021.

NYE, Joseph. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

PARAGUASSU, Lisandra. **Bolsonaro insinua que China pode ter criado coronavírus e fala em “guerra bacteriológica”**. Istoé Dinheiro. Disponível em:  
<https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-insinua-que-china/>. Acesso em: 20 out. 2021.

PONTES NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RUIC, Gabriela. **Governo Bolsonaro não trará ruptura à política externa, avalia Amado Cervo**. EXAME. 28 nov. 2018. Disponível em:  
<https://exame.com/mundo/governo-bolsonaro-nao-trara-ruptura-a-politica-externa-avalia-amado-cervo/>. Acesso em: 04 out. 2021.

**RURALISTA reclamam de viés anti-China no governo Bolsonaro**. Folha de S.Paulo. São Paulo, 15 mar. 2019. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/ruralistas-reclamam-de-vies-anti-china-no-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 16 out. 2021.

SOARES, Ingrid. **Bolsonaro diz que não comprará vacina chinesa, mesmo se aprovada pela Anvisa**. Correio Brasiliense. 20 out. 2020. Disponível em:  
<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/10/4883906-bolsonaro-diz-que-nao-comprara-vacina-chinesa-mesmo-se-aprovada-pela-anvisa.html>. Acesso em: 21 out. 2021.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira**. Meridiano 47: Journal of Global Studies, Brasília, v. 20, p. 1-16, 13 dez. 2019. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.  
<http://dx.doi.org/10.20889/m47e20011>.